

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA
Curso de Administração – CADM

**CONSTRUINDO O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NO
TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA**

AMANDA KAREN DE ARAÚJO CASTRO

João Pessoa
Novembro/2017

AMANDA KAREN DE ARAÚJO CASTRO

**CONSTRUINDO O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NO
TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA**

Trabalho de Curso apresentado como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Administração, pelo Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba / UFPB.

Professora Orientadora: Dra. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho.

João Pessoa
Novembro/2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A658c Araújo Castro, Amanda Karen de .

Construindo o discurso da sustentabilidade no Tribunal de Contas da Paraíba / Amanda Karen de Araújo Castro. – João Pessoa, 2017.
27f.: il.

Orientador(a): Prof^a Dr.^a Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho.
Trabalho de Conclusão de Curso (Administração) – UFPB/CCSA.

1. Sustentabilidade na Administração Pública. 2. Sustentabilidade nos Tribunais de Contas. 3. Tribunal de Contas da Paraíba. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:658(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)

Folha de aprovação

Trabalho apresentado à banca examinadora como requisito parcial para a Conclusão de Curso do Bacharelado em Administração

Aluna: Amanda Karen de Araújo Castro

Trabalho: Construindo o discurso da sustentabilidade no Tribunal de Contas da Paraíba

Área da pesquisa: Gestão pública, ambiental e social

Data de aprovação: 08 de novembro de 2017.

Banca examinadora



Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho
Orientadora



Andrea de Fátima de Oliveira Rêgo
Membro 1

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Antônio e Josepina, por toda compreensão e suporte dados para a elaboração desse trabalho, além da grande confiança que depositaram em mim.

Agradeço à professora Ana Lúcia, pois sem sua orientação e didática o processo de realização desse trabalho seria bem mais árduo.

RESUMO

CASTRO, Amanda Karen. **Construindo o Discurso da Sustentabilidade no Tribunal de Contas da Paraíba**. Orientadora: Prof. Dr. Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho. João Pessoa: UFPB/DA, 2017. 27 p. Artigo científico. (Bacharelado em Administração).

A temática sustentabilidade vem sendo discutida de forma cada vez mais recorrente na sociedade de forma geral. Visto isso, não só as empresas privadas, mas também os órgãos públicos com o decorrer dos anos passaram a tratar essa questão com uma maior atenção. O objetivo principal da pesquisa é analisar como se dá a construção do discurso da sustentabilidade no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. O tipo de pesquisa realizada foi qualitativa, havendo levantamento documental, realização de entrevistas com os funcionários e fazendo o uso da observação. As entrevistas foram feitas com base em um roteiro estruturado, tendo como amostra sete funcionários (dentre eles chefes de setores, servidores de nível médio e superior, estagiários e terceirizados). As análises utilizadas foram a documental e a de conteúdos, fazendo uso da interpretação das falas dos entrevistados e da compreensão de documentos e do dia a dia do TCE-PB. Os resultados nos mostram que algumas das ações sustentáveis percebidas pelos funcionários do Tribunal, porém fica visível que quanto à sustentabilidade existe um longo caminho ainda a ser percorrido.

Palavras-chave: Sustentabilidade na Administração Pública; Sustentabilidade nos Tribunais de Contas; Tribunal de Contas da Paraíba.

SUMÁRIO

1	Introdução	8
2	Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: reflexão inicial.....	9
3	Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.....	10
4	Tribunais de Contas e a Sustentabilidade	11
5	Metodologia	13
5.1	Caracterização da pesquisa	14
5.2	Contexto da pesquisa e sujeitos	15
5.3	Instrumentos para a coleta de dados	15
	Entrevista e observação.....	15
	Levantamento bibliográfico e documental	16
5.4	Análise dos dados	16
	Análise de conteúdo	16
	Análise documental.....	16
6	Análise e discussão dos resultados	17
6.1	O contexto da sustentabilidade no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba	17
6.2	A sustentabilidade no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba sob a ótica dos servidores	19
7	Considerações finais, limitações e recomendações	23
	APÊNDICE A	27
	APÊNDICE B	28

1 Introdução

A palavra sustentabilidade tem como significado maior o aproveitamento de recursos de forma saudável, para que nossas necessidades sejam supridas, mas que isso seja feito de forma que não aja um comprometimento com as gerações futuras. Como afirma Pereira (2011, p.66), "nas últimas décadas, o termo tornou-se um princípio segundo o qual o uso dos recursos naturais para a satisfação das necessidades presentes não deve comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras". Ou seja, a sustentabilidade visa manter um equilíbrio entre a utilização dos recursos naturais e a qualidade de vida da sociedade. Antes de tudo, ela é uma questão ética para as organizações e graças ao aumento da parcela da população preocupada com o meio ambiente, cada vez mais apreciada e cobrada pelos cidadãos.

De acordo com Dias (2015, p.43), é uma ideia de um mundo onde as pessoas protegem o meio ambiente através das práticas diárias. Ele frisa que, "como conceito, o desenvolvimento sustentável exige um conhecimento mais detalhado sobre os recursos naturais, as capacidades dos ecossistemas e interações entre os sistemas sociais, econômicos, políticos e ambientais".

No âmbito das organizações em geral, o núcleo duro da sua contribuição para com o desenvolvimento sustentável - DS passou a consistir em três dimensões: a econômica, a social e a ambiental (BARBIERI; CAJAZEIRA, 2011). Essas três dimensões são consideradas o tripé da sustentabilidade. Deve-se compreender que sustentabilidade não está apenas relacionada à economia de recursos, como água e energia, por exemplo, não se pode esquecer que cada dimensão está altamente ligada à outra. E que devem existir as preocupações com o social e o meio ambiente.

Segundo Dias (2015), o DS se refere a questões econômicas, sociais e ambientais, de forma que essas atividades respeitem o meio ambiente, diminuindo os possíveis impactos, tentando sempre manter o equilíbrio entre o quanto se retira do meio ambiente e quanto tempo ele tem para se renovar.

Com o aumento da competitividade organizacional, a sustentabilidade adentrou as empresas, primeiramente como um diferencial estratégico. Muitas empresas já praticavam atitudes sustentáveis, bem antes do termo se tornar popular, porém elas não divulgavam essas ações. Se focarmos no setor público, notamos que a visão de alguns sobre a questão sustentável é que ela é mal aplicada, que só existe na teoria, nunca sendo aplicada. Segundo Santos (2015, p. 64), "é fundamental, para os resultados das empresas, os colaboradores (acionistas, funcionários, terceirizados, fornecedores, parceiros) estarem comprometidos com os programas". Ou seja, todos devem estar participando ativamente para manter as práticas sustentáveis na empresa.

O questionamento que será respondido ao longo deste trabalho é: *Como são praticadas as ações em relação à sustentabilidade no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba?* Em se tratando de objetivos, o principal neste estudo é analisar a construção do discurso da sustentabilidade no TCE-PB. E como objetivos específicos ressaltam: (a) apresentar as ações de sustentabilidade no âmbito do Tribunal TCE-PB; (b) identificar as mudanças percebidas no TCE-PB após a implantação do Programa de Sustentabilidade.

Apesar de diversos estudos já terem contemplado Tribunais de Contas, ainda é pouco explorada a questão da sustentabilidade na realidade dos tribunais, principalmente se referindo ao Estado da Paraíba. Percebi como uma grande oportunidade explorar quais as mudanças que podem ser percebidas no TCE-PB após o Programa de Sustentabilidade, a fim de entender quais ações de sustentabilidade foram efetivamente desenvolvidas e,

principalmente, quais os impactos dessas ações para a população de modo geral. Por fim, essa pesquisa tem como objeto de estudo as práticas sustentáveis no âmbito do Tribunal de Contas da Paraíba.

2 Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: reflexão inicial

A sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável andam atrelados e imbricados nos debates cotidianos. Dias (2015, p. 44) relata que “estritamente relacionada com o desenvolvimento sustentável está a noção de sustentabilidade. Sustentabilidade pode ser definida como o destino pretendido do desenvolvimento sustentável e deve ser considerado um alvo em movimento, uma linha no horizonte”. Assim como, as expressões também perfazem o cotidiano das organizações, sejam elas nos mais diferenciados contextos.

Goes e Morales (2013, p. 205) afirmam que:

A diferença entre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável para que possamos ter uma melhor compreensão, é de que sustentabilidade é um tripé que deve ser mantido de forma articulada e integrada pelos pilares, econômicos, sociais e ambientais enquanto o desenvolvimento sustentável é o que nos leva a olharmos mais a frente, dentro do desenvolvimento e crescimento vistas ao futuro e construirmos soluções para que nosso planeta e nossos recursos se mantenham estáveis para as próximas “vidas”.

A concepção de desenvolvimento sustentável tem suas raízes fixadas na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Cnumad), realizada em Estocolmo, Suécia, em junho de 1972. (PHILIPPI JR; PELICIONI, 2014, p.307). No Brasil o assunto veio à tona bem mais tarde, segundo Dias (2017, p.37):

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Cúpula da Terra, ou Eco-92, foi realizada no Rio de Janeiro em 1992, com representantes de 179 países que discutiram durante 14 dias os problemas ambientais globais e estabeleceram o desenvolvimento sustentável como uma das metas a serem alcançadas pelos governos e sociedades em todo o mundo.

Por ser uma questão de certa forma atual no Brasil, a sustentabilidade ainda está em processo de adquirir seu espaço, nas organizações, a questão sustentável teve de ser vista primeiramente como algo obrigatório para que se aja uma redução nos danos causados pelas atividades exercidas e uma maior resistência a esses impactos, utilizando as leis para que se tenha um equilíbrio do que deve ser feito e pondo limites sobre até onde o meio ambiente pode ser explorado sem consequências irreversíveis.

De qualquer modo, como resultado dessa preocupação ambiental, associada com as exigências legais e éticas da sociedade, muitas empresas têm procurado gradativamente assumir maior responsabilidade ecológica, adotando um papel mais ativo. As atitudes que as empresas têm adotado são de dois tipos: as reativas e as proativas. As empresas reativas, num primeiro momento, negam-se a aceitar pressões ou reagem diante delas; quando não há outro caminho, assumem a causa ambiental procurando obter vantagens no processo de mudança a que são obrigadas. (DIAS, 2017, p.185).

Para Pereira (2011, p.156):

[...] com as mudanças geopolíticas e socioeconômicas que o século XX viu nascer na arena mundial, além dos fatores econômicos e financeiros, os fenômenos ambientais e sociais começaram a fazer parte dos negócios estratégicos das empresas, não apenas pela urgência decorrente do descaso com que a natureza e as pessoas foram tratadas nos “séculos de ouro” do capital, desde a Revolução Industrial, mas sobretudo pela percepção de que o continuum de desperdício dos recursos humanos e naturais vem anunciando, desde então, a falência do modelo e um impasse para o desenvolvimento das sociedades, no planeta Terra.

Ou seja, as empresas hoje não podem fugir da sustentabilidade, seja por vontade

própria e identificação com a causa, seja por obrigação legal e pressão social. A tendência que vivenciamos hoje é a disseminação do ideal sustentável e cada vez mais organizações que não buscam de alguma maneira a prática de ações voltadas a essa realidade perderão seu espaço.

[...] as empresas, no geral, têm sofrido pressões do mercado de capitais e da sociedade para adotar padrões e protocolos reconhecidos e adotados nacional e internacionalmente por organizações de ponta, como o GHG Protocol, quando se trata do levantamento das emissões dos gases do efeito estufa (GEE) em resposta às mudanças climáticas. (PEREIRA, 2011, p.162).

O setor público, assim como o privado, quando atrelado à questão sustentável, é capaz de aperfeiçoar seus resultados, aliando-se a uma economia de recursos, o fazer mais com menos. Se frisarmos o setor público, observamos que é possível além de gerar um maior bem-estar à sociedade, diminuindo os estragos causados ao meio, uma melhor utilização do recurso público. Pequenas atitudes, que parecem ter pouca repercussão se forem disseminadas podem melhorar significativamente a nossa realidade.

3 Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

O Ministério do Meio Ambiente define a A3P como um programa com a finalidade de incorporar nas atividades da Administração Pública os princípios da responsabilidade socioambiental. Tal incorporação pode ocorrer de diversas maneiras, como, por exemplo, pela capacitação dos servidores, pela gestão dos recursos utilizados na organização e consequentemente seus resíduos, entre outras. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2009).

O principal objetivo da A3P é incitar os servidores uma maior reflexão sobre suas atividades diárias e os impactos que podem ter ao Meio Ambiente, para que os mesmos incorporem os critérios de gestão socioambientais e seja desencadeada uma mudança de atitude. Seguem abaixo outros objetivos da A3P citados pelo Ministério do Meio Ambiente: (Figura 1)

Figura 1 – Objetivos da A3P

Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais;
Promover o uso racional dos recursos naturais e a redução de gastos institucionais;
Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e para a adoção de novos referenciais de sustentabilidade no âmbito da administração pública;
Reduzir o impacto socioambiental negativo direto e indireto causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional;
Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Fonte: Cartilha da Agenda Ambiental na Administração Pública (2009, p.33).

Um dos princípios da A3P que vem sendo visto como prioridade é a política dos 5 R's, uma versão melhorada da política dos 3 R's, que consiste na mudança de comportamento de cada indivíduo em particular, para que assim possa se modificar o coletivo. De acordo com o Ministério de Meio Ambiente, repensar, reduzir, reaproveitar, reciclar e recusar consumir produtos que gerem grandes impactos ambientais são os elementos que compõe os 5 R's. Segue na figura 2 a estruturação da A3P nos cinco eixos tidos como prioridade:



Fonte: Cartilha da Agenda Ambiental na Administração Pública (2009, p.36).

Os 5 R's são um ciclo que auxilia na manutenção da sustentabilidade no ambiente da Administração Pública. Seguindo esses “passos” se garante uma maior eficiência nas realizações das atividades, ou seja, através deles se torna possível conseguir o melhor resultado de uma forma mais econômica, com uma redução no número de erros e despesas.

4 Tribunais de Contas e a Sustentabilidade

Partindo para o âmbito dos tribunais de contas, existem alguns estudos a nível nacional como, por exemplo, pesquisas envolvendo, a *accountability* em pareceres prévios (ALBUQUERQUE, C.; OLIVEIRA, A., 2013), no Estado do Paraná; Resoluções do Tribunal de Contas de Sergipe (DAVIES, N., 2011), no Estado de Sergipe; Economicidade da gestão pública municipal (SILVA, C.; REVORÊDO, W., 2005), no Estado de Pernambuco; Avaliação dos tesouros (CARIBÉ, R.; OLIVEIRA, E., 2015), no Distrito Federal; Atos de aposentadoria (FRAGA, V.; SOUZA, V., 2012), no Estado do Rio de Janeiro; Inovação e evolução nos modelos de Administração Pública (KLUMB, R; HOFFMANN, M., 2016), no Estado de Santa Catarina, entre outros.

Já se tratando do Estado da Paraíba, temos alguns estudos focando questão da aplicação de multas a gestores públicos (RIBEIRO, 2004), percepção dos auditores sobre o papel da auditoria governamental para a transparência da gestão pública (ANTONINO et al., 2013), entre outros. Na própria biblioteca do Tribunal de Contas da Paraíba é possível encontrarmos materiais envolvendo tribunais de contas. Encontra-se desde pesquisas referentes ao próprio TCE-PB, como a revista do TCE, por exemplo, como outros que focam em tribunais de contas de diferentes regiões. Esse trabalho foi realizado pelo sentimento de necessidade de mudar a realidade atual, acrescentar informações que complementem as já disponíveis e contribuir para um maior entendimento da questão sustentável no setor público.

O Tribunal de Contas é o órgão ao qual competem as funções de acompanhar, fiscalizar e analisar prestações de contas, atos de aposentadorias e pensões, licitações, admissão de pessoal, contratos e convênios de órgão da administração estadual, secretarias,

autarquias, empresas públicas, prefeituras municipais, órgãos da administração indireta e entre outros. (PORTAL TCE-PB, 2017).

De acordo com Melo (2012), a iniciativa de criar um Tribunal de Contas no Brasil ocorreu em 1826, através de um projeto de lei proposto no Senado pelo Visconde de Barbacena, Felisberto Caldeira Brandt e José Inácio Borges. Porém, o primeiro Tribunal de Contas do país, foi criado em 1890, através do Decreto 966-A de 07 de novembro de 1890, por iniciativa de Rui Barbosa, Ministro da Fazenda na época.

O TC é o responsável pela fiscalização dos gastos públicos. No âmbito federal, a responsabilidade é do Tribunal de Contas da União (TCU) e nos âmbitos municipais e estaduais, a responsabilidade é dos Tribunais de Contas dos Estados.

Os Tribunais de Contas do Brasil atuam de forma imprescindível para o adequado exercício da cidadania e concretização do Estado Democrático de Direito. Esse perfil de organização estatal decorre de extenso processo da evolução de organização das sociedades, e as principais características são: lei imposta a todos, separação dos poderes estatais e prevalência dos direitos fundamentais. (LOPES; BRINGEL, 2016, p.186).

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba teve seu início em 17 de agosto de 1970, funcionando na Rua Professor Geraldo Von Sohsten, 147, em Jaguaribe, o quadro de funcionários conta com cerca de 350 servidores, sendo eles procuradores, conselheiros, auditores, assessores jurídicos, comissionados e etc. (PORTAL TCE-PB, 2017).

O processo de modernização do TCE-PB teve início em 1994, onde se deu a informatização do tribunal. Até chegarmos à realidade que o Tribunal vive hoje ocorreram muitas mudanças, novas ferramentas foram criadas, por exemplo, o Sistema de Acompanhamento da Gestão (SAGRES) e o Sistema de Tramitação Eletrônica de Processos (TRAMITA). A implantação das mesmas trouxe grande melhoria no dia a dia dos servidores, aumentando a rapidez nos processos, diminuindo o uso do espaço utilizado com processos físicos, economizando uma grande quantia de dinheiro, facilitando até mesmo a situação do público externo, entre outros benefícios.

Como citado anteriormente, o Tribunal de Contas possui um papel importante para a sociedade. Com o passar dos anos foi surgindo uma maior preocupação dos seus dirigentes com a questão sustentável. No Tribunal de Contas da Paraíba, o qual será o local a ser estudado, esse assunto começou a aparecer timidamente em 2015, a partir desse ano foram lançadas algumas ações com o intuito de conscientizar o público interno. Com o decorrer do tempo a ideia da sustentabilidade começou a ser vivida no dia a dia dos que compunham o órgão, até que, no início do ano de 2017 houve a criação do Programa de Sustentabilidade do TCE-PB, o programa Todos Por Um, uma a iniciativa de oficializar e estimular ainda mais essa criação de uma nova cultura a ser respeitada e seguida por seus servidores, com a visão de pensar no futuro, não apenas no hoje e assim, juntos, fazer a diferença, como órgão, mas principalmente como cidadãos.

Numa segunda etapa, o Programa de Sustentabilidade do TCE-PB prevê, no âmbito externo, incentivar também as boas práticas de gestão na administração pública que promovam a economia sustentável, o uso de energia de fontes renováveis e o equilíbrio ambiental. (PORTAL TCE-PB, 2017).

No dia 30 de janeiro de 2017, data da implantação do Todos Por Um, houve uma série de palestras para mostrar a evolução do Tribunal ao longo dos anos no quesito sustentabilidade. Além de serem apresentadas as melhorias do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco após o programa de sustentabilidade implantado, o ECOTCE, como uma forma de incentivo às mudanças através da demonstração satisfatória dos resultados obtidos.

O ECOTCE é um programa desenvolvido pelo Tribunal de Contas de Pernambuco

para tratar de assuntos e procedimentos relacionados às questões de gestão ambiental. Essas discussões ocorrem mediante o planejamento, a implantação e o acompanhamento de ações que contribuam com a preservação do meio ambiente (PORTAL TCE-PE, 2017).

Foi explanado também como a economia de recursos era grande mesmo partindo de pequenas práticas, como diminuir o uso de copos descartáveis, por exemplo.

Também têm por objetivo contribuir para o processo de conscientização do cidadão, servidores e gestores públicos diante da necessidade de um comportamento ecologicamente sustentável, visando à preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural de nosso Estado (PORTAL TCE-PE, 2017).

Por fim, ocorreu uma distribuição de copos biodegradáveis, sacolas (para substituir as plásticas na feirinha do TCE) e mouse pads para todos os servidores do Tribunal, o ambiente de trabalho também sofreu algumas alterações, em todo o órgão foram colocados adesivos incentivando um menor consumo de energia e de água, há também um reaproveitamento da água da chuva, a qual é utilizada para limpeza de ambientes, na jardinagem e na higienização dos banheiros.

Segundo o então Conselheiro Presidente do TCE-PB, Sr. Arthur Cunha Lima:

O programa simboliza nossa contribuição para melhorar não apenas nosso ambiente de trabalho, a qualidade de vida dos nossos servidores, mas tem valor principalmente por seu efeito pedagógico de estimular a consciência e o envolvimento das pessoas com práticas e causas ambientais. Esta motivação e compromisso ajudam a tornar sustentáveis a nossa cidade, o estado, o país, o planeta (PORTAL TCE-PB, 2017).

Quando tratamos de sustentabilidade não estamos só lidando com questão de economia de custos, como diminuição no uso de copos plásticos, menor uso de papel, entre outros. Sustentabilidade é bem mais amplo que isso, no TCE-PB é possível ver também algumas práticas sustentáveis mais voltadas à sociedade, como campanhas de arrecadação de alimentos/produtos de higiene; parcerias com outros órgãos na realização de campanhas, como o Papai Noel dos Correios; projetos com o intuito de aproximar o Tribunal da população, como o TCE Escola e Cidadania, entre outros.

O projeto “TCE Escola e Cidadania” foi criado no dia 06 de março de 2017 como uma “iniciativa destinada a levar à juventude informações sobre o papel do Tribunal de Contas do Estado e o funcionamento das instituições públicas, além de temas relacionados ao comportamento social, à educação e à cultura”. (PORTAL TCE-PB, 2017).

O TCE conta também com uma mini usina fotovoltaica, que contribui para a redução da conta de energia em até 33%. Sendo o primeiro órgão público do Estado da Paraíba que dispõe desse sistema de geração de energia elétrica. (PORTAL TCE-PB, 2017).

O TCE espera o completo retorno do investimento de R\$ 700 mil em pouco mais de seis anos. Essa perspectiva decorre não apenas da diminuição da conta mensal de luz, mas, ainda, da possibilidade de exportação da produção energética excedente para a rede pública à qual a mini usina está conectada. Trata-se de operação que, já testada em outros pontos do País, dá-se por sistema de compensação de créditos acertado com as companhias de eletricidade (PORTAL TCE-PB, 2017).

Ao referir-se à A3P, o Tribunal de Contas do Estado se atentou ao seu significado para a organização pública e vem se posicionando a respeito de uma futura adesão.

O presidente do TCE-PB, conselheiro André Carlo Torres, abriu pela manhã, no auditório ministro João Agripino Filho, o primeiro de uma série de encontros da equipe que já está trabalhando para cumprir as quatro principais exigências do ministério, necessárias para formalizar o Termo de Adesão. São elas: criação da Comissão Gestora da A3P, elaboração de Plano de Gestão Ambiental, mobilização dos servidores e avaliação e monitoramento das ações de sustentabilidade empreendidas pelo Tribunal. (PORTAL TCE-PB, 2017).

5 Metodologia

Esta etapa demonstra quais os procedimentos metodológicos utilizados para realizar esse trabalho, procurando esclarecer a questão: Como se manifesta o discurso de sustentabilidade no Tribunal de Contas da Paraíba?

5.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa se caracteriza por possuir caráter descritivo, pois ocorre sem nenhuma interferência do pesquisador, apenas coleta as opiniões sem entrar no mérito acerca das mesmas.

Gil (2008) cita que o objetivo das pesquisas descritivas é justamente descrever as determinadas características de uma população ou fenômeno. Segundo ele: “são inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados”.

O estudo se define como qualitativo por apresentar uma natureza subjetiva, em que não há uma base nos números e sim na interpretação da concepção de cada um dos pesquisados. Segundo Godoy (2013), as pesquisas qualitativas procuram respostas a questões que envolvem os processos a partir das quais experiências sociais são criadas e vivenciadas, atribuindo-se a elas determinados significados.

Silva (2010) cita que na prática existem três modalidades de entrevista qualitativa:

Quadro 1- Modalidades de entrevista qualitativa

Modalidades	
Conversacional livre	Onde as perguntas surgem naturalmente, sem haver previsão delas ou de reações as mesmas
Baseada em roteiro	Onde o entrevistador prepara um roteiro e possui flexibilidade para ordenar e formular perguntas
Padronizada aberta	Onde uma lista de perguntas é aplicada para todos os entrevistados, porém as respostas são respostas abertas

Fonte: Adaptado do livro Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais (GODOI; BANDEIRA-DE-MELLO; SILVA, 2010).

A modalidade utilizada nesse trabalho foi a baseada em roteiro, em que dependendo do cargo em questão ocorreram algumas alterações para extrair as opiniões dos entrevistados.

[...] A análise daquilo que muitas vezes é uma grande quantidade de material reflete duas características. Em primeiro lugar, os dados são volumosos e é necessário adotar métodos para lidar com isso de forma prática e coerente. Em segundo, os dados devem ser interpretados (GIBBS, 2009, p.24).

Para Gibbs (2009), o tipo mais comum de dado qualitativo usado em análise é o texto, que pode ser uma transcrição de entrevistas ou notas de campo de trabalho etnográfico ou outros tipos de documentos. A maior parte dos dados em áudio e vídeo é transformada em texto para ser analisada.

5.2 Contexto da pesquisa e sujeitos

O contexto onde está inserida a problemática do estudo é o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Segundo o art. 1º do Regimento interno do Tribunal de Contas da Paraíba, o TCE se define como ente de extração constitucional, com independência orgânica e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, tem sede na Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba. (Regimento Interno TCE-PB, 2015).

Cabe ao Tribunal acompanhar a gestão, fiscalizar e analisar os processos de prestações de contas, atos de admissão de pessoal, aposentadorias e pensões, licitações, contratos e convênios de pelo menos 59 órgãos da administração estadual, a saber: 20 secretarias; 10 autarquias, 09 fundações; 12 sociedades de economia mista; 04 empresas públicas; 15 fundos; 06 órgãos em regime especial; 223 prefeituras municipais; 20 órgãos entre secretarias e outros da administração indireta do município de João Pessoa; 16 órgãos entre secretarias e outros da administração indireta do município de Campina Grande, para citar, apenas, os dois maiores (PORTAL TCE-PB, 2017).

Segundo o site do TCE-PB (PORTAL TCE-PB, 2017), na parte Institucional, o tribunal é composto por 354 servidores. Deste universo foram entrevistados sete funcionários do tribunal, dentre eles, chefes de setores, terceirizados, estagiários, funcionários há dez anos e funcionários com mais de vinte anos no TCE-PB. A escolha dos mesmos foi feita com base na conveniência e disponibilidade de horário de cada um.

5.3 Instrumentos para a coleta de dados

Esse estudo teve como instrumentos para coleta de dados o uso de entrevistas e a observação direta dos funcionários do TCE-PB.

Entrevista e observação

Segundo Lukde e André (2013, p.39), “a grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. A entrevista se torna um meio de conseguir captar as diferentes versões dos funcionários acerca da realidade que o Tribunal vive quando se trata das práticas sustentáveis, com esse meio se torna mais fácil captar a verdadeira situação.

Tanto quanto a entrevista, a observação ocupa um lugar privilegiado nas novas abordagens de pesquisa educacional. Usada como o principal método de investigação ou associada a outras técnicas de coleta, a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado, o que apresenta uma série de vantagens. Em primeiro lugar, a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de determinado fenômeno (LUDKE; ANDRÉ, 2013, p.30).

Gil (2012) cita que a observação tem como principal vantagem percepção a direta dos fatos, sem qualquer intermediação. De forma que, assim, vai se reduzindo a subjetividade da pesquisa.

A observação no que se refere a esse estudo possibilita uma captação do ambiente e da população que está sendo trabalhada, é possível por meio dela absorver pequenos detalhes que muitas vezes não são percebidos pelos próprios funcionários. “A observação, a entrevista e a análise dos materiais (inclusive de documentos) são os métodos de pesquisa qualitativas mais comuns” (STAKE, 2011, p.30).

Levantamento bibliográfico e documental

O levantamento bibliográfico foi de relevância para o estudo, de forma que, possibilitou uma base teórica para o desenvolvimento do mesmo. Os dados foram encontrados em livros, revistas, artigos e sites que tratam dos assuntos sustentabilidade e tribunais de contas. Já o levantamento documental ocorreu através de documentos encontrados nos próprios sites dos tribunais de contas. Foram utilizados: resoluções, planejamento estratégico, relatórios de atividades, regimento interno e entre outros. Os documentos foram de relevância para a compreensão do papel do Tribunal, sua evolução ao longo dos anos e sua preocupação com as questões sustentáveis.

5.4 Análise dos dados

De acordo com Gil (2012, p.175), “não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores. Assim, a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador”. Ou seja, diferente da análise quantitativa, as análises das pesquisas qualitativas variam conforme os variados tipos de pesquisadores.

A ideia de análise sugere algum tipo de transformação. Você começa com alguma coleta de dados qualitativos (muitas vezes volumosa) e depois os processa por meio de procedimentos analíticos, até que se transformem em uma análise clara, compreensível, criteriosa, confiável e até original (GIBBS, 2009, p.16).

Análise de conteúdo

Analisar os dados qualitativos significa “trabalhar” todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevista, as análises de documentos e as demais informações disponíveis (LÜDKE; ANDRÉ, 2013).

Gil (2012, p.153) acredita que “à medida que as informações obtidas são confrontadas com informações já existentes, pode-se chegar a amplas generalizações, o que torna a análise de conteúdo um dos mais importantes instrumentos para a análise das comunicações de massa”.

A análise de conteúdo das entrevistas é a mais sujeita a possíveis erros, por causa da interpretação das palavras, por isso, ela demanda um maior trabalho de atenção, tanto no momento da entrevista, quanto na transcrição, onde se deve buscar o significado correto do que foi dito.

Análise documental

Para Gil (2012), as fontes documentais têm a capacidade de aproximar o pesquisador de dados em quantidade e qualidade suficiente para evitar a perda de tempo e o constrangimento que caracterizam muitas das pesquisas em que os dados são obtidos diretamente das pessoas. Sem contar que em muitos casos só se torna possível realizar uma investigação social por meio de documentos. A análise documental foi realizada com base nos dados obtidos dos levantamentos documentais ditos anteriormente.

Espera-se com a análise de dados a compreensão se a sustentabilidade está sendo verdadeiramente introduzida no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, se as práticas sustentáveis estão sendo realizadas e se existem diferenças visíveis entre o antes e o depois da criação do Todos Por Um.

6 Análise e discussão dos resultados

O tópico a seguir, apresenta o contexto que envolve a sustentabilidade no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, a visão dos funcionários sobre as ações sustentáveis desenvolvidas no âmbito do TCE-PB e a relevância da sustentabilidade para o mesmo.

6.1 O contexto da sustentabilidade no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

Com intuito de entender a construção do discurso de sustentabilidade no TCE-PB foram feitas pesquisas e analisados os documentos próprios do Tribunal de Contas, as postagens feitas na intranet e também no seu site oficial. A partir das informações colhidas nesses meios, foi possível encaminhar esse estudo.

Analisando o site do TCE-PB (Portal TCE-PB), na categoria Institucional, é possível encontrar a sua finalidade e os seus objetivos.

Cabe ao Tribunal acompanhar a gestão, fiscalizar e analisar os processos de prestações de contas, atos de admissão de pessoal, aposentadorias e pensões, licitações, contratos e convênios de pelo menos 59 órgãos da administração estadual, a saber: 20 secretarias; 10 autarquias, 09 fundações; 12 sociedades de economia mista; 04 empresas públicas; 15 fundos; 06 órgãos em regime especial; 223 prefeituras municipais; 20 órgãos entre secretarias e outros da administração indireta do município de João Pessoa; 16 órgãos entre secretarias e outros da administração indireta do município de Campina Grande, para citar, apenas, os dois maiores (PORTAL TCE-PB, 2017).

Conforme o desgaste do meio ambiente foi se agravando graças à ação humana, houve a necessidade de um posicionamento a ser tomado por, principalmente, uma questão de sobrevivência da espécie. Segundo Goes e Morales (2013, p.206):

Com a reflexão das práticas sociais, marcadas pela degradação do meio ambiente em que vivemos e do seu ecossistema, é necessário pensar e ir mais além. Começar a desenvolver algumas práticas com ênfase na sustentabilidade socioambiental, e refletir sobre práticas sustentáveis nos leva a compreender o que deve ser feito.

Encontra-se no Planejamento Estratégico instituído para os anos de 2016 a 2023, localizado na aba Publicações no site do órgão (Portal TCE-PB, Planejamento Estratégico, p. 17 e 18), a missão, visão e valores do Tribunal, respectivamente:

- “Fiscalizar e orientar a gestão de recursos públicos em benefício da sociedade”.
- “Ser referência no controle e fiscalização da gestão de recursos públicos”.
- “Compromisso social, eficiência, imparcialidade, independência, ética e transparência”.

Podemos verificar que no documento existe essa preocupação com o social, mas isso está amplamente relacionado à função que o Tribunal se propõe a exercer na sociedade, ou seja, por ser um órgão prestador de serviços públicos. Quanto aos termos sustentabilidade e gestão sustentável, podem ser observadas nesse planejamento uma breve menção:

Com vistas a viabilizar o direcionamento, o comportamento e o desempenho da organização, e visando a alcançar o destino pretendido, traduziu-se o referido Plano em Objetivos e Iniciativas Estratégicas tornando-os claros e de fácil compreensão para nossos colaboradores. À Coordenação de Planejamento coube definir os indicadores necessários à aferição do alcance desses Objetivos, processo que visa a permitir eventuais correções de rumo durante a implantação do *Plano Estratégico*, garantindo, em última análise, sobrevivência e desenvolvimento sustentável ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (PORTAL TCE-PB, Planejamento Estratégico 2016-2023, p. 14).

No Relatório de Atividades do Tribunal do ano de 2016, igualmente disponível de forma eletrônica, é contemplada a princípio a iniciativa de implantação do programa de sustentabilidade Todos Por Um, que objetiva “[...] promover educação do ambiente, e estimular, entre os servidores, mudanças de posturas e hábitos que contribuam para preservação ambiental e redução de gastos” (PORTAL TCE-PB, Relatório de Atividades 2016, p. 3).

Com o slogan ‘*Todos Por Um*’ o Tribunal de Contas da Paraíba, implantou no início de 2017, o Programa de Sustentabilidade, que passará a acompanhar as ações sustentáveis que estão sendo desenvolvidas pelo Tribunal. Uma mini usina fotovoltaica com 352 painéis solares foi inaugurada e passou a funcionar, gerando economia de gasto com energia. Ao mesmo tempo, foram providenciadas a troca de 1.400 lâmpadas comuns por luminárias LEDs. (PORTAL TCE-PB, Relatórios de Atividades 2016, p. 25).

No tópico Ações e Eventos Relevantes é enfatizado que o programa busca reforçar as demais atitudes sustentáveis implantadas anteriormente no Tribunal de Contas do Estado, com o intuito de poder esclarecer ainda mais seu posicionamento quanto essas questões e levar o seu público interno a compreender a dimensão da sua importância e o real significado de suas atitudes diárias para a diminuição dos impactos ambientais.

Outras práticas e ações começaram a ser impulsionadas, como o reuso de água, ampliação da capacidade de captação de água de chuva, a feira de orgânico que passou a acontecer todas às sextas-feiras, assim como a racionalização do expediente de trabalho, objetivando a redução de custos na estrutura de funcionamento do Tribunal. (PORTAL TCE-PB, Relatórios de Atividades 2016, p. 25).

Foi demonstrada pelo TCE-PB, através do Relatório de Atividades, uma preocupação em dar continuidade ao programa de sustentabilidade, para que não ocorra apenas como um evento isolado, mas de maneira que haja um desenvolvimento e uma evolução nessas questões.

Numa segunda etapa, o Programa de Sustentabilidade do TCE-PB prevê, no âmbito externo, incentivar também as boas práticas de gestão na administração pública que promovam a economia sustentável, o uso de energia de fontes renováveis e o equilíbrio ambiental”. (PORTAL TCE-PB, Relatório de Atividades 2016, p. 3).

Ainda no que se diz respeito a esse documento, é citado um projeto voltado à comunidade, que tem como maior finalidade a aproximação do TCE-PB com a população.

Buscando diminuir a distância do Tribunal à sociedade, estabelecendo um maior vínculo entre os mesmos, uma maneira de ambos se beneficiarem.

De portas sempre abertas à sociedade para conhecimento de sua estrutura de funcionamento e de como usa suas ferramentas tecnológicas, de controle e fiscalização do dinheiro público, o Tribunal de Contas da Paraíba mantém um projeto de incentivo e apoio aos alunos de faculdades, que participam das sessões do Tribunal Pleno para acompanhar os julgamentos das contas públicas (PORTAL TCE-PB, Relatórios de Atividades 2016, p. 25).

6.2 A sustentabilidade no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba sob a ótica dos servidores

Foram realizadas entrevistas com base nos objetivos estabelecidos nesse estudo, com a finalidade de se extrair a visão dos funcionários acerca da sustentabilidade no Tribunal de Contas da Paraíba. Buscou-se o entendimento das experiências de cada indivíduo no seu ambiente de trabalho, sua visão de mundo e o que entende sobre sustentabilidade.

Inicialmente procurou-se examinar o histórico do funcionário no órgão público, seu grau de instrução, alterações no cenário sustentável no TCE-PB ao decorrer dos anos, possíveis mudanças após a implantação do Todos Por Um, além da relação do Tribunal com a sociedade.

Quando questionados sobre a importância da sustentabilidade, os entrevistados na sua totalidade afirmaram que acham importante essa temática, porém alguns não souberam explicar o porquê, como no caso dos entrevistados F2 e F7. Especificando mais para o contexto da Administração Pública, o entrevistado F1 afirma que:

[...] deveria ser um modelo de referência, por exemplo, são os nossos interesses que devem ser atendidos pela Administração Pública. Então, seria a Administração Pública a principal referência sobre sustentabilidade, porque são os interesses dos seres que estão em sociedade (F1).

Foi unânime a percepção dos funcionários do Tribunal de Contas da Paraíba acerca da atenção que se está sendo demandada às questões sustentáveis, mas, em contrapartida, a grande maioria dos entrevistados constatou que é uma determinação ainda muito recente:

[...]. Hoje não, hoje mudou muito, a tecnologia ajudou muito, antigamente não existiam essas campanhas que tem hoje. O tribunal se limitava exclusivamente a prestar o serviço à população, não existia nenhum compromisso com o ambiente, nada. E isso não é de muito antigamente não, é de uns três/quatro anos pra cá. (F6)

O pensamento do entrevistado F6, no que se relaciona a tecnologia, pode ser justificado conforme cita Dias (2015, p.23-24): “[...] o caráter sustentável do desenvolvimento exige uma mudança tecnológica contínua com o objetivo de reduzir as emissões e a utilização de recursos, e exige uma mudança tecnológica acelerada nos países em desenvolvimento”. No TCE-PB conforme a tecnologia foi se desenvolvendo, foi se aumentando o cuidado com o desperdício tanto de materiais como de energia. Além da implantação do próprio sistema interno, já citado anteriormente, o TRAMITA, que resultou uma grande economia de papel e de tempo entre os processos, a criação da usina fotovoltaica e o reaproveitamento da água da chuva são algumas das “tecnologias” que podem ser percebidas pelo Tribunal.

Quando foi questionado aos funcionários se eles enxergavam ações sustentáveis no TCE-PB, a maioria respondeu que sim. Como o caso dos F3 e F5:

Doações para entidades, preocupação com o gasto de papel e de energia, demonstra

também preocupação com aproximação da sociedade com o tribunal e na questão da transparência pública. (F3)

Ultimamente teve esse projeto, de você realizar ações de economia de produtos, de você utilizar materiais recicláveis. Acredito que essas são algumas ações utilizadas pra tanto diminuir o uso, como utilizar materiais que possam promover essa ação sustentável. (F5)

Uma parcela dos entrevistados apontou que outras ações parecidas já foram implantadas em gestões anteriores. As falas dos funcionários F4 e F5 demonstram:

O tribunal ao longo desses anos já teve vários programas diferentes, para estimular a participação popular, recentemente o TCE vem trazendo estudantes de escolas públicas e particulares para conhecer o TCE, entender como funciona, qual o papel de cada um. Isso é uma política desse presidente, mas os anteriores já tiveram várias ações nesse sentido, não é a primeira vez. (F4)

[...], mas no final dos anos 90 que houve uma preocupação imensa em melhorar toda a estrutura do tribunal, tanto na parte física, como na parte tecnológica, inclusive naquela época estava engatinhando ainda a tecnologia da informação. Então o tribunal teve um avanço tremendo em capacitações, em alguns projetos como 5S, o tribunal fez aqui o projeto de qualidade total, o tribunal conseguiu alcançar certificados ISO, tanto 9000 como 9001, com qualidade total em produtos e serviços, isso é muito importante assim para mostrar que o tribunal é um tribunal de excelência, um tribunal que é inclusive copiado por outros tribunais, não só Tribunais de Contas, mas também tribunais de outras esferas e a modernização de equipamentos, capacitação de servidores, programas de economia. (F5)

Partindo para as ações voltadas à comunidade, foi relatado pelos entrevistados que o Tribunal procura manter uma relação de proximidade com a sociedade. E que o Centro Cultural Ariano Suassuna foi uma grande conquista para que se fosse aumentada essa interação, como se pode perceber nas manifestações a seguir:

Sim, realiza muitos eventos, para escolas, excursões, eventos, passeios. Muitas escolas vêm aqui conhecer o tribunal. (F3)

[...]. Ultimamente tem demonstrado, tem feito muitos eventos no Ariano Suassuna, voltados ao público. (F6)

[...]. Existe um interesse do tribunal em estar mais próximo da sociedade, tanto na área de trabalho, mas também na área cultural. Você vê que o tribunal tem o centro cultural Ariano Suassuna, que é um canal aberto, uma área diferente do tribunal, uma área cultural, que ele promove eventos, tanto intelectuais (de natureza didática) como também de natureza artística, acho interessante isso porque os eventos que o tribunal promove são abertos ao público, então isso é bacana. (F5)

Pereira et al. (2011, p.158) demonstram a importância de uma empresa ter uma boa relação com os seus stakeholders: “[...] demandam cada vez mais que as empresas às quais são ligados prestem conta dos impactos de suas atividades na sociedade em geral, de forma transparente e responsável”. No que diz respeito à Administração Pública, mais precisamente ao Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, é de suma importância que a comunidade se sinta capaz de participar e de ser presente em sua atuação, é importante que se tenha uma relação de proximidade entre as partes envolvidas.

No que diz respeito às possíveis mudanças após a implantação do Programa Todos Por Um, foi identificado que a maioria dos entrevistados realmente não conseguiu perceber nenhuma alteração significativa nos seus ambientes de trabalho, no comportamento dos seus colegas de sala ou no seu próprio comportamento, como apresentam as falas a seguir:

O que eu mais vejo no meu setor é a preocupação com o reaproveitamento do papel. Mas acho que isso não tem muita relação com depois da implantação do programa

não. (F3)

Não, eu achava que eles iam abolir o uso dos copos para ser sincera, eu pensei que não teriam mais copos descartáveis no tribunal, mas não foi isso que acabou acontecendo, eles continuam fornecendo os copos descartáveis. (F4)

Um fato importante é que, apesar do que foi divulgado sobre a inauguração do programa Todos Por Um serem distribuídos kits para incentivar os funcionários a pensarem mais nas questões sustentáveis e poderem fazer sua parte no ambiente de trabalho, quando discutido com alguns funcionários foi percebido que a grande maioria não tinha nem recebido tais kits. Como mostra os entrevistados F7 e F3:

A gente ainda não recebeu até agora o material que foi distribuído, infelizmente depois desse projeto a gente realmente não pode sentir muita diferença não. (F7)

Investir na remoção de copos descartáveis, apesar da distribuição das canecas poucas pessoas têm, não foi totalmente implantado. Acho que foi até sorteio, porque poucas pessoas têm. (F3)

Em relação à divulgação de suas ações, a maioria apresentou conhecimentos sobre pelo menos uma forma de divulgação, embora alguns entrevistados simplesmente não possuíssem conhecimento de nenhum meio. Essas divergências de opiniões podem ser vistas a seguir:

[...] eu acredito que tenha dois pólos para informações, informação interna através da intranet, para os servidores tomarem conhecimento das ações e também participar de certa forma, com sugestões e tem também o Portal TCE-PB que é o portal aberto ao público, que também é uma fonte de informação, de divulgação, de apresentação de ideias. O presidente também é aberto a receber opiniões, críticas construtivas. (F5)

Eu não tenho conhecimento de nenhuma maneira de divulgação. (F1)

Com base nos resultados das entrevistas, foi elaborado o quadro a seguir com as principais ações sustentáveis percebidas pelos funcionários do TCE-PB, em ordem de classificação (mais mencionada para a menos mencionada).

Quadro 2 – Principais ações sustentáveis do TCE-PB

Ação sustentável do TCE-PB	Classificação
Diminuição de energia com a usina fotovoltaica	1º
Reciclagem de materiais	1º
Diminuição do uso do papel	2º
Reutilização do papel	2º
Incentivo para deixar de usar copos descartáveis	3º
Campanhas realizadas	3º

Fonte: Elaboração própria (2017).

Ao fim das entrevistas foi solicitado aos respondentes que sugerissem iniciativas ao Tribunal para que houvesse uma melhoria na sua gestão ambiental e sustentável. Foi frisada algumas vezes a questão de não só criar campanhas, mas de dar certa continuidade a elas, como mostram os trechos:

Que continuassem as campanhas que foram já criadas, que houvesse uma continuidade dessas campanhas, uma maior propagação, além de fazer mais campanhas que viessem a melhorar o desenvolvimento para o meio ambiente. (F6)

Talvez algumas soluções criativas para economia de água, eficiência energética aqui eu acho até interessante, porque os equipamentos são sempre novos e isso ajuda bastante, as campanhas poderiam não ser só pontuais, devem ser mais recorrentes e meio que criar uma cultura de coletividade na sustentabilidade, não adianta só uma pessoa fazer, todos tem que ajudar no processo. (F1)

Foi mencionada por um entrevistado a questão das gestões nos Tribunais de Contas. O TCE-PB assim como os demais muda de presidente a cada dois anos, o que segundo o F6 contribui para essa falta de continuidade mencionada anteriormente. Segundo ele: “Cada gestão tem uma cabeça diferente, tem as suas marcas e mudanças, é difícil você ver aqui uma gestão continuar com um projeto de outra gestão”.

Tendo como base as respostas dos funcionários, foram criados quadros que resumem e simplificam a percepção dos mesmos sobre a sustentabilidade no TCE-PB, conforme quadros 3 a 5.

Quadro 3 – Importância da sustentabilidade na Administração Pública e preocupação do TCE-PB em realizar ações sustentáveis

CATEGORIAS	SÍNTESE DAS RESPOSTAS	ACHADOS DA CATEGORIA
Importância da Sustentabilidade na Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> • Importante 	Os entrevistados na sua totalidade afirmaram que acham importante essa temática, porém alguns não souberam explicar o porquê, como no caso dos entrevistados F2 e F7
Preocupação do Tribunal em realizar ações sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Se preocupa • Preocupação recente • Aumentou com o decorrer dos anos 	Os funcionários mais antigos acreditam que a preocupação com as questões sustentáveis cresceu bastante com o passar dos anos, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido
<p>“[...] Hoje não, hoje mudou muito, a tecnologia ajudou muito, antigamente não existiam essas campanhas que tem hoje. O tribunal se limitava exclusivamente a prestar o serviço à população, não existia nenhum compromisso com o ambiente, nada. E isso não é de muito antigamente não, é de uns três/quatro anos pra cá”. (F6)</p>		

Fonte: Elaboração própria (2017).

De acordo com o Quadro 3, pode-se compreender que os entrevistados sabem que a sustentabilidade na administração pública é importante, porém nem todos sabem o real motivo disso, ou seja, falta uma conscientização maior dos funcionários sobre os benefícios de uma organização ser sustentável e os malefícios/impactos causados pela ausência da sustentabilidade. O quadro aponta que, segundo os respondentes, o TCE-PB se preocupa em realizar ações sustentáveis, apesar de se tratar de uma preocupação ainda muito recente, ela vem aumentando com o passar dos anos.

Quadro 4- Ações sustentáveis realizadas pelo TCE-PB e ações voltadas à comunidade

CATEGORIAS	SÍNTESE DAS RESPOSTAS	ACHADOS DA CATEGORIA
Ações sustentáveis realizadas pelo TCE-PB	<ul style="list-style-type: none"> • Diminuição de energia com a usina fotovoltaica • Reciclagem de materiais • Diminuição do uso do papel <ul style="list-style-type: none"> • Reutilização do papel • Incentivo para “abandono” de uso de copos descartáveis <ul style="list-style-type: none"> • Campanhas 	Uma parcela dos entrevistados relatou que ações parecidas, voltadas à sustentabilidade, já foram realizadas anos atrás no Tribunal
Ações voltadas à comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas de escolas <ul style="list-style-type: none"> • Doações • Campanhas natalinas, de dia das crianças 	Grande parte dos entrevistados percebe que o Tribunal demonstra um interesse em interagir com a comunidade
<p>“[...] Existe um interesse do tribunal em estar mais próximo da sociedade, tanto na área de trabalho, mas também na área cultural. Você vê que o tribunal tem o Centro Cultural Ariano Suassuna, que é um canal aberto, uma área diferente do tribunal, uma área cultural, que ele promove eventos, tanto intelectuais (de natureza didática) como também de natureza artística, acho interessante isso porque os eventos que o tribunal promove são abertos ao público, então isso é bacana”. (F5)</p>		

Fonte: Elaboração própria (2017).

Quando questionados sobre as ações sustentáveis que percebiam no tribunal, os respondentes, citaram pelo menos uma das mostradas no Quadro 4. Uma parte dos entrevistados disse que já ocorreram ações sustentáveis bem anteriores ao Programa Todos Por Um, foi mencionada a formação de uma equipe voltada aos assuntos de natureza sustentável no TCE-PB, que acabou sendo desfeita com o tempo. Quanto a questão comunidade, é perceptível a grande relevância atribuída a criação do Centro Cultural Ariano Suassuna como forma de estreitar ainda mais a relação com a comunidade, isso foi repetido em diversas entrevistas.

Quadro 5 – Divulgação das ações sustentáveis do TCE-PB

CATEGORIAS	SÍNTESE DAS RESPOSTAS	ACHADOS DA CATEGORIA
Divulgação das ações sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Intranet • Portal do TCE-PB • Painéis espalhados pelo Tribunal 	Foram citadas pelo menos uma dessas opções pelos entrevistados, porém alguns quando questionados simplesmente não possuíam conhecimento de nenhum meio de divulgação
<p>“[...] eu acredito que tenha dois pólos para informações, informação interna através da intranet, para os servidores tomarem conhecimento das ações e também participar de certa forma, com sugestões e tem também o Portal TCE-PB que é o portal aberto ao público, que também é uma fonte de informação, de divulgação, de apresentação de ideias. O presidente também é aberto a receber opiniões, críticas construtivas”. (F5)</p> <p>“Eu não tenho conhecimento de nenhuma maneira de divulgação”. (F1)</p>		

Fonte: Elaboração própria (2017).

Os meios de divulgações das ações do tribunal, como visto, ainda não são amplamente conhecidos, alguns entrevistados simplesmente não possuíam noção de como e se essas ações

sustentáveis são divulgadas. O que se torna preocupante, pois levanta o seguinte questionamento: se o público interno não conhece os meios de divulgações das ações sustentáveis promovidas pelo tribunal, será que o público externo toma conhecimento dessas ações?

7 Considerações finais, limitações e recomendações

Houve **limitações** identificadas, dentre elas o acesso aos funcionários, pois os mesmos muitas vezes não dispunham de tempo ou tinham certo receio em participar de uma entrevista, no entanto foi possível dar continuidade a pesquisa, as mesmas foram ocorrendo conforme a conveniência.

Inicialmente, teve-se como base uma literatura envolvendo sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, Tribunais de Contas, administração pública, administração sustentável, que subsidiaram a pesquisa, permitindo traçar um caminho a ser seguido, auxiliando na formulação das questões presentes nas entrevistas e na melhor compreensão do cenário encontrado no TCE-PB.

Buscou-se posteriormente, a compreensão dos funcionários sobre a sustentabilidade no TCE-PB. Com o resultado das entrevistas, os funcionários de forma geral chegaram a um consenso de que o tema sustentabilidade é ainda muito recente no Tribunal, que precisa ser mais discutido e estimulado.

No Tribunal de Contas da Paraíba é possível perceber a preocupação com a sustentabilidade, suas ações externam isso. Porém, por se tratar de um assunto relativamente atual, é necessário um maior aprofundamento dessa questão, a cultura do Tribunal ainda não está muito focada nessa temática. Desse modo, é necessário que haja uma incorporação dessa conscientização entre os funcionários, a forma de isso ocorrer está exposta nas **recomendações** destacadas:

- Criação de uma área, departamento, diretoria, comitê ou conselho voltado às questões sustentáveis;
- Distribuição dos kits do Programa Todos Por Um para todos os funcionários;
- Limitar o uso de copos plásticos para o público externo.

Por fim, a pesquisa foi esclarecedora para o entendimento da percepção da sustentabilidade pelos funcionários no Tribunal de Contas da Paraíba, além de enriquecedora para a pesquisadora, contribuindo para a sua formação acadêmica e profissional.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C.; OLIVEIRA, A. A accountability em pareceres prévios no Tribunal de Contas do Estado do Paraná: possíveis consequências para o desenvolvimento local. **RBPD-Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v.2, n.2, p.43-57, jul. /dez. 2013.

ANTONINO, Maria Simone Lacerda, et al. Percepção dos auditores sobre o papel da auditoria governamental para transparência da gestão pública: um estudo no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **Revista Ambiente Contábil**, UFRN – Natal, v. 5, n. 1, p. 179-199, jan./jun. 2013.

BARBIERI, José Carlos; CAJAZEIRAS, Jorge Emanuel Reis. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática.** São Paulo: Saraiva, 2009. 229 p.

CARIBE, R.; OLIVEIRA, E. Avaliação do tesouro do Tribunal de Contas do Distrito Federal a partir dos usuários. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v.13, n.1, p 103-119, jan/abr. 2015

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens.** 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014. 329 p. Tradução: Sandra Mallmann da Rosa.

DAVIES, N. O Tribunal de Contas de Sergipe e suas resoluções para avaliar a receita e despesa em educação. **ETD – Educação Temática Digital**, Campinas, v. 13, n.1, p. 134-151, jul. /dez. 2011

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: origem e fundamentos; educação e governança global; modelo e desenvolvimento.** São Paulo: Atlas, 2015. 232 p.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2017. 233 p.

FRAGA, V.; SOUZA, V. Uma nova visão da análise dos atos de aposentadoria a cargo do TCE/RJ: um caso de custos para retorno socioeconômico. **RAP**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, maio/jun. 2012.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos: coleção pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009. 195 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 197 p.

GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa da (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: Paradigmas, Estratégias e Métodos.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 460 p.

GOES, Gustavo Antiquiera; MORALES, Angélica Gois. **Gestão pública e sustentabilidade: Desafios, ações e possibilidades.** IX Fórum Ambiental da Alta Paulista, v.9, n.4, 2013. 13 p.

KLUMB, R; HOFFMANN, M. Inovação no setor público e evolução dos modelos de administração pública: o caso do TRE-SC. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v.21, n. 69, maio/ago. 2016.

LOPES, Luanna Mannaia Costa; BRINGEL, Lara Lívica Cardoso Costa. **A eficácia do Controle de Constitucionalidade exercido pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins**, **Revista ESMAT**, Tocantins, ano 8, n. 10, 2016. 185-206.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas.** 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2013. 92 p.

MELO, Verônica Vaz de. **Tribunal de Contas: história, principais características e importância na proteção do patrimônio público brasileiro.** Disponível em:

<http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11198>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental na Administração Pública.** 5. ed. Brasília, 2009.

PEREIRA, Adriana Camargo; SILVA, Gibson Zucca da; CARBONARI, Maria Elisa Ehrhardt. **Sustentabilidade, responsabilidade social e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2011. 216 p.

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (eds.). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2014. 1024 p.

PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA. **Institucional**. Disponível em: <<https://portal.tce.pb.gov.br>>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA. **Legislação**. Disponível em: <<https://portal.tce.pb.gov.br>>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA. **Publicações**. Disponível em: <<https://portal.tce.pb.gov.br>>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Institucional: Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.tce.pe.gov.br/internet>>. Acesso em: 02 de junho de 2017.

RIBEIRO, Adriano Wagner Matias. A aplicabilidade de multas cominatórias aos gestores públicos no âmbito do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba. **Revista do Tribunal de Contas da Paraíba**, Paraíba, v. 3, n. 5, p. 105-127, jan. /jun. 2004.

SANTOS, Fernando de Almeida. **Ética empresarial: políticas de responsabilidade social em 5 dimensões**. São Paulo: Atlas, 2015. 130 p.

SILVA, C.; REVORÊDO, W. Economicidade da Gestão Pública Municipal: um estudo das decisões do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 1, n.2, p 09-22, maio/ago. 2005.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011. 78 p. Tradução de: Karla Reis.

APÊNDICE A

Roteiro de entrevista

O roteiro de entrevista foi criado com base nos objetivos que o trabalho visa alcançar, buscando extrair dos funcionários a realidade vivenciada no tribunal, como forma de compreender a construção do discurso da sustentabilidade no Tribunal de Contas da Paraíba.

Perguntas básicas:

1. Você considera a sustentabilidade importante para o meio ambiente e a sociedade? Por quê?
2. Qual sua visão sobre sustentabilidade na Administração Pública?
3. No seu ponto de vista, o Tribunal de Contas da Paraíba tem se preocupado em realizar ações sustentáveis para preservar o meio ambiente? Explique.
4. Na sua percepção, quais ações sustentáveis são promovidas pelo TCE-PB?
5. De que maneira o TCE-PB incentiva os funcionários a adotarem boas práticas de gestão sustentável na Administração Pública?
6. Você sentiu mudanças relacionadas à questão sustentável ao decorrer dos anos no TCE-PB? Exemplifique.
7. Em sua opinião, após a implantação do Todos Por Um (programa de sustentabilidade) pelo TCE-PB, é possível perceber algumas mudanças nas suas atitudes e de seus colegas de trabalho?
8. De que maneira são divulgadas as informações sobre o desempenho socioambiental do TCE-PB?
9. O Tribunal de Contas da Paraíba, em sua opinião, demonstra preocupação em manter/desenvolver um relacionamento com a comunidade?
10. Você possui conhecimento de algum programa/ação do TCE-PB voltado à comunidade? Se sim, exponha, dentro de seu conhecimento, como funciona.
11. O Tribunal de Contas da Paraíba busca o desenvolvimento de ações de conscientização sobre meio ambiente com seus funcionários?
12. Quais ações o Tribunal de Contas da Paraíba poderia adotar para uma melhoria na sua gestão ambiental e sustentável?

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado (a) Senhor (a),

A pesquisa intitulada “CONSTRUINDO O DISCURSO DA SUSTENTABILIDADE NO TRIBUNAL DE CONTAS DA PARAÍBA” compreende o Trabalho de Conclusão de Amanda Karen de Araújo Castro, do Curso de Administração da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Gostaríamos de contar com sua colaboração, que consiste em participar de uma entrevista cujo objetivo principal é analisar a construção do discurso da sustentabilidade no TCE-PB.

Estimamos que o tempo máximo de duração dessa entrevista será de 30 (trinta) minutos. Esclarecemos que sua identidade será mantida em sigilo e que todas as informações prestadas serão utilizadas unicamente para os fins desta pesquisa. Sua participação, portanto, não lhe causará prejuízo algum, mas antes, colaborará para uma melhor compreensão e melhoria da gestão ambiental como prática sustentável nos tribunais de contas.

Esclarecemos, também, que sua participação é voluntária e que, caso queira, poderá interromper ou desistir da sua participação a qualquer hora ou deixar de responder a quaisquer das questões que lhe forem feitas.

Quaisquer dúvidas ou esclarecimentos poderão ser sanados junto à Coordenação do Curso de Administração, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, por meio da Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Araújo Lima Coelho, orientadora deste estudo.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido (a) e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados. Estou ciente que receberei uma cópia desse documento.

Amanda Karen de Araújo Castro - Entrevistadora

Entrevistado(a)

João Pessoa, ____ de _____ de 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Departamento de Administração/Curso de Administração

Graduanda: Amanda Karen de Araújo Castro Matrícula: 11326409 E-mail: amanda_@hotmail.com